



Prefeitura Municipal de Lacerdópolis
Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

**Plano municipal de preparação e resposta a emergências em saúde pública
(PPR-ESP).**

Lacerdópolis

2023

Rua 31 de Março, 1050 | Centro | Lacerdópolis - SC | 89660-000
49 3552 0187 | 49 3552 0188 | 49 3552 0190 | 49 99919 5022
www.lacerdopolis.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

60 anos

Prefeito Municipal

Sérgio Luiz Calegari

Vice-Prefeita

Olides Rita Dall' Orsoletta Vetorazi

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Ticiane Goreti Moreira

Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Edgar Brandini

Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Cláudio Da Cás

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Responsável Felipe Ferrari

Vigilância Epidemiológica e Atenção Primária

Marinéia Storti

Revisões do PPR-ESP

REVISÕES	DATAS	ALTERAÇÕES	RESPONSÁVEIS
Revisão 0	02/08/2023	Alteração nº 01	Felipe Ferrari e Marigil Bevilaqua
Revisão 1	05/09/2023	Aprovação na CIR	CIR

Compartilhamento do Plano via SGPe

LOCAL	RESPONSÁVEL
www.lacerdopolis.sc.gov.br	Mauricio Poyer
E-mails institucionais	Mauricio Poyer
Reuniões de equipe	Felipe Ferrari
www.facebook.com/lacerdopolis.municipio/?locale=pt_BR	Mauricio Poyer

Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	E-mail	Telefone
Secretária Municipal da Saúde	Ticiane Goreti Moreira	saude@lacerdopolis.sc.gov.br	(49) 3552-0156
Vigilância Sanitária	Felipe Ferrari	visa@lacerdopolis.sc.gov.br	(49) 3552-0097
Atenção Básica	Marigil A. S. Bevilaqua	saude.marigil@gmail.com	(49) 3552-0156
Prefeito	Sérgio Luiz Calegari	prefeito@lacerdopolis.sc.gov.br	(49) 3552-0188
Vice-Prefeita e Defesa Civil	Olides Rita Dall' Orsoletta Vetorazi	administracao@lacerdopolis.sc.gov.br	(49) 3552-0188

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente	Edgar Brandini	agricultura@lacerdopolis.sc.gov.br	(49) 3552-0097
Secretário da Infraestrutura	Cláudio Da Cás	obras@lacerdopolis.sc.gov.br	(49) 3552-0097
Responsável pela Farmácia Municipal	Patrícia Nogara	patinogara@gmail.com	(49) 3552-0156
Responsável pela Farmácia Municipal	Samuel Saito	samuelsaito@gmail.com	(49) 3552-0156

Equipe de Elaboração do PPR-ESP

INTEGRANTES:	SETOR
I. Felipe Ferrari	Secretaria da Saúde – Vigilância Sanitária
II. Marigil Bevilaqua	Secretaria da Saúde – Enfermagem
COLABORADORES:	
I. Olides Rita Dall’ Orsoletta Vetorazi	Defesa Civil
II. Patrícia Nogara	Farmácia Municipal
III. Samuel Saito	Farmácia Municipal



LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa da localização de Lacerdópolis – SC.

Figura 02 – Pirâmide etária de 2010 de acordo com o sexo (Brasil).

Figura 03 – Dados históricos de chuva em Lacerdópolis.

Figura 04 – Mapa dos setores de risco.

Figura 05 – Setores de risco.

Figura 06- Setores de alto e muito risco.

Figura 07 – Abrangência Municipal da bacia Hidrográfica do Rio do Peixe.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Aspectos Sociais.

Quadro 02 – Atividades que mais empregam no município (2021).

Quadro 03- Temperaturas máximas e mínimas ao longo do ano.

Quadro 04 – Histórico de chuvas.

Quadro 05 – Precipitação Acumulada Decendial Anual (mm), Campos Novos

Quadro 06 – Rede da Atenção Primária a Saúde (APS).

Quadro 07- Principais causas de internação Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Quadro 08- Mortalidade por grupo de causas e mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10.

Quadro 09 – Segurança Pública.

Quadro 10- Setor de Obras e Infraestrutura.

Quadro 11- Ocorrência de desastres de 2006 a 2022 – Lacerdópolis.

Quadro 12 - Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres

Quadro 13- Lista de representantes da Secretaria Municipal da Saúde (SMS).



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Comparativo da pirâmide etária do ano de 2000 com o ano de 2010 de acordo com o sexo (Lacerdópolis).

Gráfico 02 – Empresas e empregos por setor (2016).

Gráfico 03 – Temperatura ao longo do ano.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMMOC - Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense
AMU - Ambulatório Médico Universitário
CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
CIB- Comissão Intergestora Bipartite.
CID 10 - Classificação Internacional de Doenças
CLIMERH - Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina.
COES - Centro de Operações de Emergência em Saúde.
CONPDEC - Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
ESF – Estratégia Saúde da Família
ESP- Emergência em Saúde Pública.
ESPIN - Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.
FN/SUS - Força Nacional do Sistema Único de Saúde
HIPERDIA – Hipertensão e Diabetes
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INEPE- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
INMET- Instituto Nacional de Meteorologia.
LOAS- Lei Orgânica de assistência social.
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família
PIB - Produto Interno Bruto
PICS - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde
PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.
PNVS - Política Nacional de Vigilância em Saúde.
PPR-ESP- Plano municipal de preparação e resposta a emergências em saúde pública.
PSE – Programa Saúde na Escola
REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais



RH - Regiões Hidrográficas.

RPG - Reeducação Postural Global

RSI - Regulamento Sanitário Internacional

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

SISREG - Sistema Nacional de Regulação

SUAS- Sistema Único de Assistência Social.

SUS - Sistema Único de Saúde.

TFD – Tratamento Fora de Domicílio

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

VISA- Vigilância Sanitária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3 MARCO LEGAL E NORMATIVO – VISA	15
4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	18
4. 1 Aspectos Socioeconômicos	18
4.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	21
4.3 Indicadores Sociais	21
4.4 Atividades Econômicas	22
4.5 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS	23
4.5.1 Clima	23
4.5.2 Pluviometria	24
4.5.3 Pedologia	26
4.5.4 Hidrografia	29
4.6 Saúde	30
4.7 Assistência Social	36
4.7.1 Atuação da Proteção Social Básica	36
4.7.2 Benefícios eventuais	38
4.7.3 Utilização da base de dados do Cadastro Único	38
4.8 Segurança Pública	39
4.9 Obras	40
5 HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS	40
5.1 Gestão de risco em desastres	46
5.2 Classificação dos desastres de acordo com o COBRADE	47
5.3 Atuação de gestão do risco	49
5.3.1 Ocorrência de estiagem	49
5.3.2 Ocorrência de enxurradas	53

5.3.3- Tempestade local/Convectiva – Chuvas Intensas	56
5.3.4- Deslizamentos de solo e/ou rocha.....	59
5.3.5- Ocorrência de doenças infecciosas virais.....	61
6 ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA	63
6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES).....	63
6.2 Sala de situação.....	64
7 INFORMAÇÕES À POPULAÇÃO.....	65
8 CAPACITAÇÕES	65
REFERÊNCIAS	66
ANEXO I.....	68
ANEXO II.....	68



1 INTRODUÇÃO

No Brasil, assim como em outros países, há uma tendência de crescimento dos desastres de origem natural e tecnológicos e, de seus impactos humanos, ambientais e materiais. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INEPE) os desastres são conceituados como o resultado de eventos adversos que causam grandes impactos na sociedade, sendo distinguidos principalmente em função de sua origem, isto é, da natureza do fenômeno que desencadeia.

A Defesa Civil no Brasil, obedecendo as normativas da Política Nacional de Defesa Civil, classifica os desastres como naturais, humanos e mistos. Basicamente, a diferença nessa conceituação está na participação direta ou não do homem. Simplificando a análise, os desastres podem ser distinguidos como humanos e naturais.

Os desastres humanos são aqueles gerados pelas ações ou omissões humanas, como acidentes de trânsito, incêndios industriais, contaminação de rios, entre outros. Os desastres naturais são causados pelo impacto de um fenômeno natural de grande intensidade sobre uma área ou região povoada, podendo ou não ser agravado pelas atividades antrópicas (ação do homem).

Na natureza ocorrem diversos tipos de fenômenos que fazem parte da geodinâmica terrestre, responsáveis pela estruturação da paisagem. Mas, se ocorrerem ou se deslocarem sobre um sistema social, gera uma situação potencial de perigo a pessoas e bens. Caso haja o impacto, só será considerado como desastre quando os danos e prejuízos foram extensivos e de difícil superação pelas comunidades afetadas. Se não gerar danos ou seguir sua trajetória por áreas não ocupadas, o fenômeno volta a ser considerado como um evento natural.

Os desastres são variados e muitas vezes imprevisíveis, mas sua recorrência ao longo dos anos permite identificar tipos mais frequentes e regiões mais afetadas. No entanto, mesmo que possamos identificar e caracterizar os desastres, é importante observar que cada um deles tem uma particularidade em relação ao tipo de evento, sua complexidade, ao tamanho da área afetada e às características da população



exposta, bem como diferentes condições socioambientais presentes no território, que podem afetar de forma variada a saúde da população.

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores: governo, sociedade organizada e as comunidades suscetíveis. Nesse processo, a organização governamental do município, envolvendo os seus diferentes setores, é de fundamental importância, já que situações de desastres ocorrem no território e o município é o primeiro respondedor.

O setor saúde tem grande responsabilidade nesse processo, já que os impactos dos desastres resultam em efeitos diretos (curto, médio e longo prazo) e indiretos sobre a saúde e o bem-estar das populações. Desse modo, os desafios são muitos e exigem que o município planeje, prepare, teste e mantenha um plano “vivo” de resposta aos desastres de origem natural ou tecnológica, integrando-o às estratégias já existentes do setor saúde e às lições aprendidas no passado com eventos similares.

Esse processo de preparação exige um trabalho contínuo de pesquisa e construção de informações para identificação das áreas vulneráveis e das populações expostas aos riscos de desastres – o que exige combinar dados socioambientais, características da população e de sua situação de saúde, assim como os recursos e as capacidades de respostas envolvendo a prevenção de doenças, a atenção e o cuidado à saúde e a promoção da saúde nessas áreas, definindo os territórios vulneráveis e prioritários para ações em mapas.

Este Guia resulta do trabalho conjunto entre as instituições da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, envolvendo a Secretaria da Saúde, por meio da Administração, Atenção Básica e do Departamento de Vigilância Sanitária; a Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Infra Estrutura, Secretaria da Assistência Social e equipe da Defesa Civil. Foi elaborado com o objetivo de subsidiar o SUS na desafiadora tarefa de elaborar planos de preparação e resposta para emergência em saúde pública por desastres.



2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Realizar o levantamento de informações sobre desastres, vulnerabilidades e a capacidade de resposta, preparando o setor da saúde para responder a esses eventos, capacitar os profissionais e realizar exercícios simulados. Caso o desastre venha ocorrer, promover o acolhimento das pessoas atingidas, juntamente com o auxílio dos demais setores/secretarias, buscando minimizar os impactos e riscos à saúde pública decorrentes das situações adversas.

2.2 Objetivos Específicos

- Prevenir riscos futuros: formulação de políticas e ações de saúde sobre os processos de determinação social dos riscos de desastres e de seus impactos sobre a saúde;
- Reduzir riscos existentes, mapeando e desenvolvendo ações nos possíveis locais de ocorrência de desastres;
- Preparar respostas frente aos desastres: melhorar a capacidade de resposta na atenção e na vigilância em saúde e evitar que ações inadequadas produzam um segundo desastre (potencializando doenças e agravos já existentes, bem como gerando outros problemas que poderiam ser evitados com medidas preventivas), intensificando os impactos do desastre e comprometendo as ações de recuperação e reconstrução;
- Responder aos desastres e reabilitar as condições de vida: envolve desde ações de curto e médio prazo, como cuidado e atenção para os que sofrem agravos e doenças imediatas, bem como ações de vigilância e monitoramento para implementação imediata de medidas de controle e prevenção de novos fatores de riscos que são gerados por um desastre, como por exemplo doenças geradas pelo acesso à água e a alimentos contaminados, bem como por vetores e hospedeiros de doenças no pós-desastre;



- Recuperar e reconstruir comunidades: é o processo de reparação da infraestrutura física e do funcionamento definitivo dos serviços da comunidade, que ao mesmo tempo envolve a promoção das mudanças necessárias para a redução de riscos de desastres futuros. Exemplos: restabelecimento de serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, reparos e reconstrução de hospitais, postos de saúde, estradas, pontes de acesso e demais edificações.

3 MARCO LEGAL E NORMATIVO – VISA

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de



Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).

- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.



- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.
- Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022), que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS.
- Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022), que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- PORTARIA nº 814 (2022), dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em



situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.

- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.
- Nota Técnica Conjunta DIVS e Defesa Civil N.º 002/2022, dispõe sobre a regulamentação do uso de Kit para Transporte de Água fornecido pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina para os municípios em enfrentamento da estiagem.

4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.

4. 1 Aspectos Socioeconômicos

Lacerdópolis é um município da Região Sul do Brasil pertencente ao estado de Santa Catarina. Localizado na região do Baixo Vale do Rio do Peixe, faz parte da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC). De acordo com o último censo demográfico brasileiro, realizado em 2010, demonstrou que o município tinha 2.199 habitantes, conquanto a estimativa da população para o ano de 2021 era de 2.248 habitantes distribuídos em uma área de 69,036 km². Faz limite com Lacerdópolis os municípios de Herval D' Oeste, Joaçaba, Ouro, Erval Velho e Campos Novos.



Figura 01 - Mapa da localização de Lacerdópolis - SC



Fonte: SEBRAE, maio/2023.

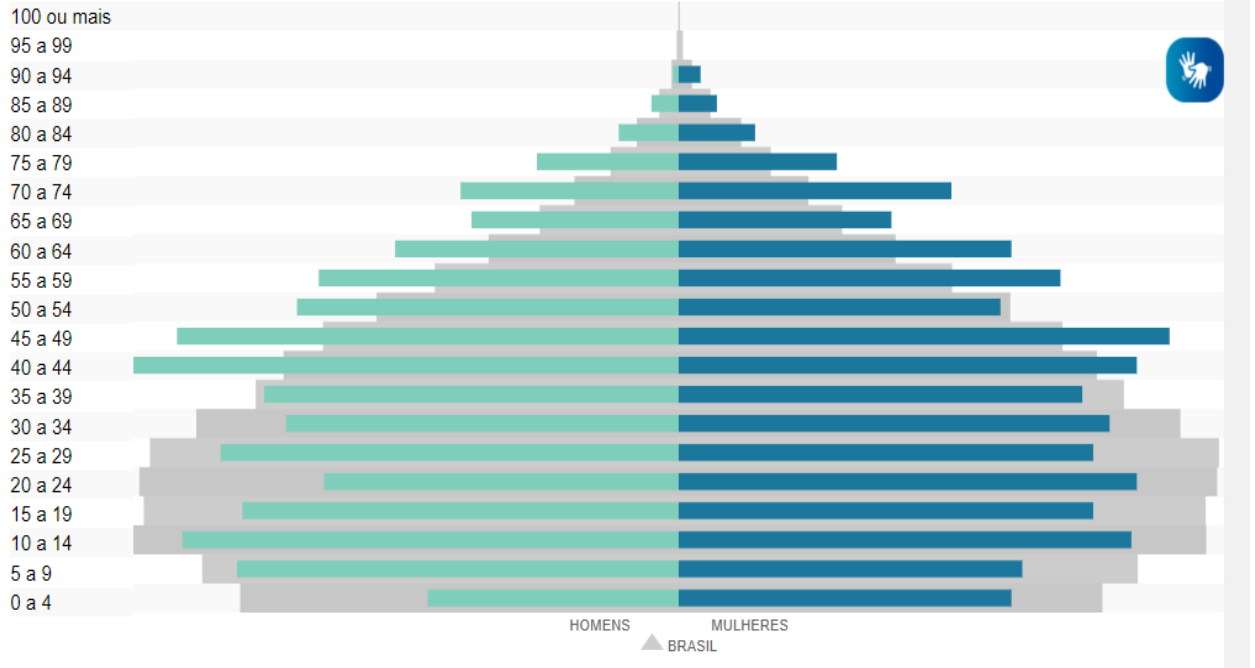
Devido a população do censo 2010, o município está na posição 275 dentre 295 municípios do mesmo estado. Em comparação com outros municípios do Brasil, fica na posição 5386 dentre 5570. Sua densidade demográfica é de 31,92 habitantes/km².

A população é heterogênea, como observa-se na figura abaixo. A maior concentração encontra-se na faixa etária de 45-49 anos para as mulheres e de 40-44 anos para os homens. Porém, a pirâmide etária municipal também segue a tendência nacional e estadual, apontando para o envelhecimento da população local. O número de habitantes com 60 anos ou mais cresceu mais de 16% entre 2000 e 2010 e a população de Lacerdópolis apresentou, no ano de 2010, crescimento de 0,12% desde o Censo Demográfico realizado em 2000.



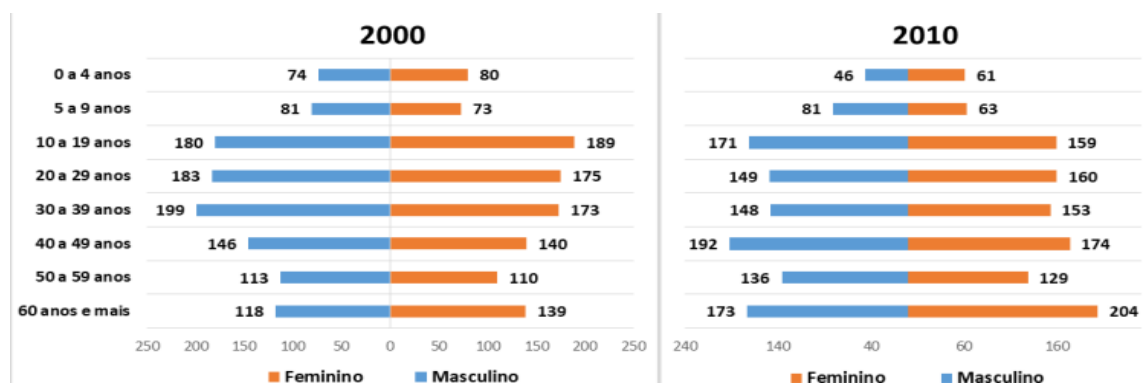
Figura 02 – Pirâmide etária de 2010 de acordo com o sexo (Brasil)

Pirâmide Etária - 2010



Fonte: IBGE, 2010

Gráfico 01 – Comparativo da pirâmide etária do ano de 2000 com o ano de 2010 de acordo com o sexo (Lacerdópolis)



Fonte: Sebrae, 2019.



4.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Os índices sociais são bem significativos para o município. Lacerdópolis é o 27º município em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) que correspondeu a um PIB Per Capita de R\$ 61.442,18 no ano de 2020. Já o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 2010 foi de 0,781, pouco acima do nível do estadual de Santa Catarina, que foi de 0,774.

O percentual da população lacerdopolitana que se encontrava ocupada foi de 29,1% no ano de 2020, correspondendo a posição 230º no ranking estadual e o salário médio mensal dos trabalhadores assalariados correspondeu ao recebimento de 2,6 salários mínimos.

4.3 Indicadores Sociais

No quadro a seguir, estão presentes os principais dados considerados para traçar o perfil social do país, dos estados e dos municípios. Através do índice de Gini, indicador usado para medir o grau de concentração de renda em determinada região, percebe-se importante diminuição na desigualdade, sendo o município o 188º em incidência de pobreza, entre os 295 municípios catarinenses. A esperança de vida ao nascer é alta, próxima de 78 anos, e a taxa de mortalidade infantil zerou em 2014.

Quadro 01 – Aspectos Sociais

Aspectos sociais		
<i>Índice de Gini</i>	0,5174 (2000)	0,3925 (2010)
<i>Incidência de pobreza % colocação estadual (2010)</i>	0,19	188º
<i>Esperança de vida ao nascer Colocação estadual (2010)</i>	77,97	18º
<i>Taxa Mortalidade Infantil</i>	9,8 (2010)	0 (2014)

Fonte: Sebrae, 2019.

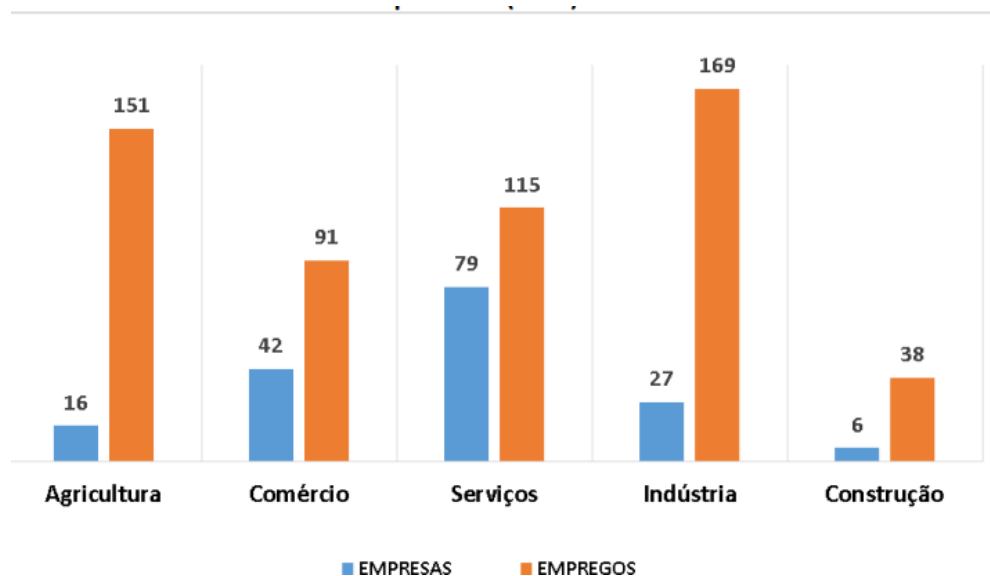


4.4 Atividades Econômicas

No ano de 2016, as pessoas assalariadas que ocupavam algum cargo em empresas, possuíam um salário médio mensal de 2,6 salários mínimos, representando 653 pessoas ocupadas em 170 empresas.

Na liderança da empregabilidade ficou a indústria, com pouco mais de 30% da quantidade total dos empregos de 2016 e em segundo lugar ficou a agricultura.

Gráfico 02 – Empresas e empregos por setor (2016)

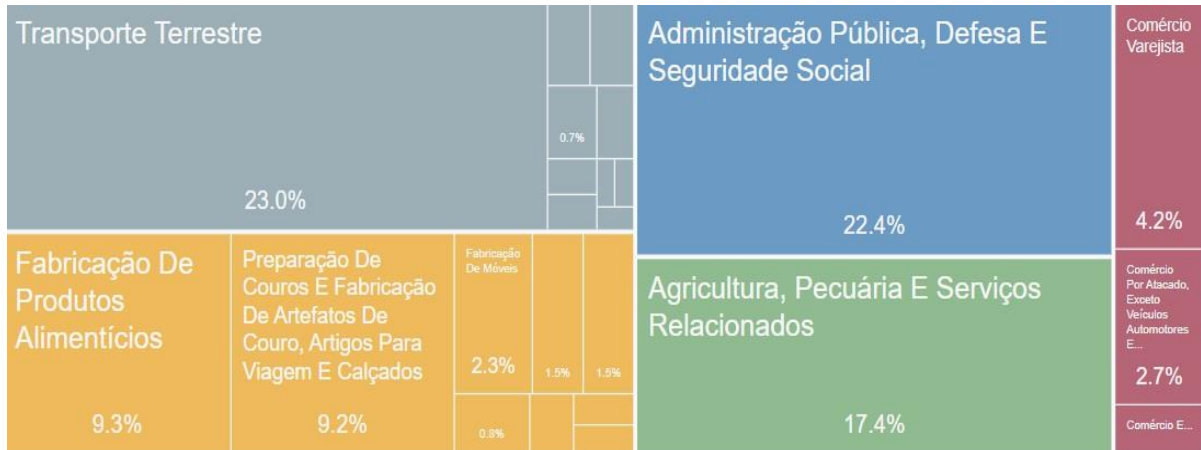


Fonte: Sebrae, 2019.

Já no ano de 2021, observa-se que o setor de transportes, foi o maior gerador de empregos. Abaixo está listado o número de empregos formais gerados neste mesmo ano, porém, sabe-se que existe uma grande demanda de trabalhadores informais.



Quadro 02 – Atividades que mais empregam no município (2021)



Fonte: Data MPE Brasil, 2021.

4.5 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

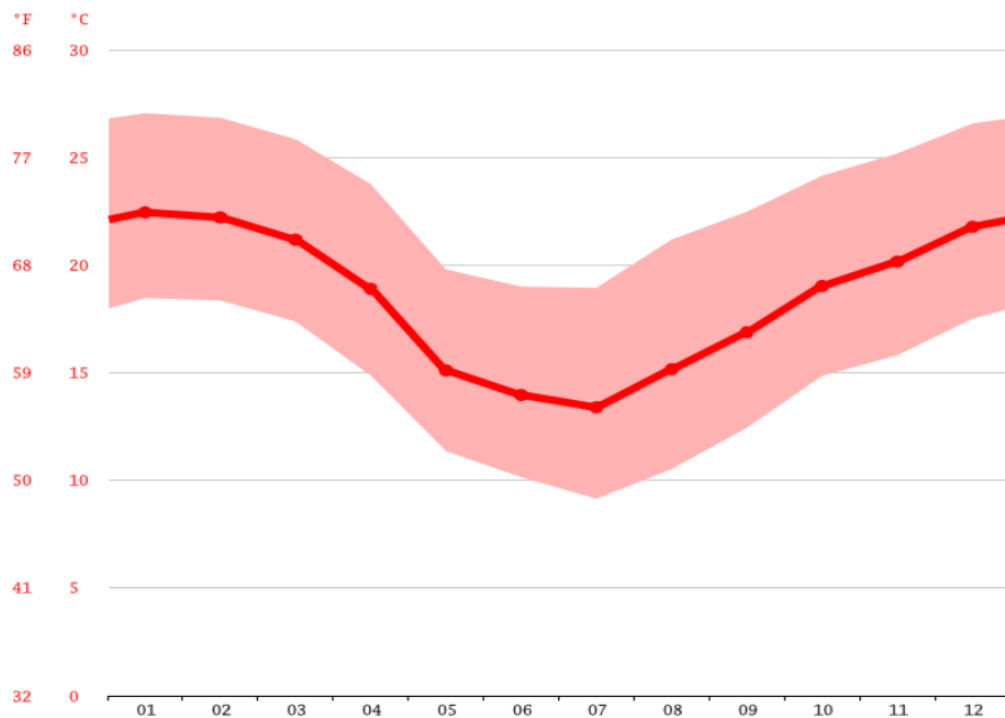
4.5.1 Clima

Em Lacerdópolis, o clima é quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano, mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita chuva. A classificação do clima é Cfa segundo a Köppen e Geiger. A temperatura média do município é de 18.3 °C e possui uma pluviosidade média anual de 1844 mm.

Conforme o gráfico abaixo, podemos observar que janeiro é o mês mais quente de ano, com uma temperatura média de 22,4°C. Já o mês mais frio é julho, com uma média de 13,4°C.



Gráfico 03 – Temperatura ao longo do ano



Fonte: Climate Data, 2021

Abaixo podemos observar mensalmente as temperaturas máximas e mínimas ao longo de um ano.

Quadro 03- Temperaturas máximas e mínimas ao longo do ano.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	22.4	22.2	21.2	18.9	15.1	14	13.4	15.2	16.9	19	20.2	21.8
Temperatura mínima (°C)	18.5	18.4	17.4	14.9	11.4	10.2	9.1	10.5	12.4	14.8	15.8	17.5
Temperatura máxima (°C)	27.1	26.8	25.8	23.8	19.8	19	18.9	21.2	22.5	24.1	25.2	26.6

Fonte: Climate Data, 2021

4.5.2 Pluviometria

A probabilidade de precipitação varia ao longo do ano no município de Lacerdópolis. O mês com mais dias chuvosos é janeiro, com 19,03 dias. Já agosto é o mês com menos dias chuvosos, cerca de 9,27 dias.



Quadro 04 – Histórico de chuvas

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novem- bro	Dezembro
Chuva (mm)	190	177	139	113	143	133	122	105	180	210	158	174
Umidade(%)	76%	77%	77%	77%	79%	80%	78%	75%	73%	75%	73%	74%
Dias chuvosos (d)	14	13	11	8	8	8	8	7	9	12	10	12
Horas de sol (h)	9.0	8.6	7.9	7.3	6.1	6.3	7.1	7.7	7.8	8.0	8.8	9.3

Fonte: Climate Data, 2021.

O município de Lacerdópolis não conta com um Centro de previsão de Tempo e Estudos Climáticos, dessa forma tomamos como base a estação meteorológica mais próxima, da cidade de Campos Novos, que fica a 54,2 km de distância, para termos uma base da série histórica de precipitações. Dessa forma, observamos na tabela abaixo o volume decendial entre 1991 a 2020 no município de Campos Novos.

Quadro 05 – Precipitação Acumulada Decendial Anual (mm), Campos Novos

MÊS	1º Decendial	2º Decendial	3º Decendial
Janeiro	70,08	72,9	67,3
Fevereiro	65,3	57,2	55,0
Março	49,8	44,5	62,6
Abril	49,8	52,5	61,8
Maió	36,9	59,3	70,3
Junho	51,3	59,1	57,5
Julho	63,5	54,7	54,2
Agosto	53,5	42,2	45,4
Setembro	58,9	70,4	79,6
Outubro	80,9	91,6	78,4
Novembro	56,8	52,6	39,1
Dezembro	52,6	60,5	57,4

Fonte: INMet, 2022



Lacerdópolis apresenta um histórico de 143 milímetros de chuva anualmente, ao longo dos últimos 30 anos. A média mensal atingida no ano de 2023, foi de 26%, ou seja, 37,18 milímetro de chuva até início do mês de maio.

Figura 03 – Dados históricos de chuva em Lacerdópolis



Fonte: Climatempo, 2023

4.5.3 Pedologia

O substrato rochoso da região é constituído de rochas extrusivas (basaltos) do Magmatismo Serra-Geral e o relevo da região destaca-se por planalto dissecado com predominância dos processos fluviais do Rio do Peixe. O resultado desse dessecamento é um relevo ondulado com vertentes de altura e declividades variadas. Desta forma, especialmente em virtude da ação antrópica no manejo incorreto do solo, o município apresenta também ocorrência de deslizamentos e quedas de blocos.

O município está inserido no contexto hidrológico da Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, em que o principal rio presente no município é o Rio do Peixe. Associado a ele, na área urbana do município há o Lageado Nair, afluente do Rio do Peixe. Juntos são responsáveis pelas inundações na área urbana do município. Os principais eventos ocorreram em 1983 e 2014.

Foram descritos 11 setores vinculados a inundações dos rios e a deslizamentos. No total, estima-se que os setores de risco englobam 80 imóveis, totalizando 320 pessoas em risco. Esses dados podem ser observados nas imagens abaixo.



Figura 04 – Mapa dos setores de risco



Fonte: RIGeo, 2022.



Figura 05– Setores de risco

Quantidade de setores de risco: 11

Quantidade total aproximada de imóveis em risco: 80

Quantidade total aproximada de pessoas em risco: 320

Setor 01:	23 imóveis	92 pessoas
Setor 02:	8 imóveis	32 pessoas
Setor 03:	11 imóveis	44 pessoas
Setor 04:	5 imóveis	20 pessoas
Setor 05:	5 imóveis	20 pessoas
Setor 06:	6 imóveis	24 pessoas
Setor 07:	1 imóvel	4 pessoas
Setor 08:	2 imóveis	8 pessoas
Setor 09:	2 imóveis	8 pessoas
Setor 10:	2 imóveis	8 pessoas
Setor 11:	15 imóveis	60 pessoas

Fonte: RIGeo, 2022.

Os setores de alto e muito risco da área urbana do município de Lacerdópolis foram divididos em:

Figura 06- Setores de alto e muito risco.

BAIRRO ou DISTRITO	RUA ou AVENIDA	CÓDIGO DO SETOR	TIPOLOGIA
Centro	Rua Trinta e Um de Março	SC_LACERDO_SR_01_CPRM	Inundação
Centro	Rua José Leite da Silva	SC_LACERDO_SR_02_CPRM	Inundação
Centro	Rua Afonso Perin e Avenida Sete de Setembro	SC_LACERDO_SR_03_CPRM	Inundação
Centro	Rua Vereador Simão Proner	SC_LACERDO_SR_04_CPRM	Inundação
Centro	Rua Vereador Simão Proner	SC_LACERDO_SR_05_CPRM	Inundação
Nossa Senhora Aparecida	Rua Ermino Scapin	SC_LACERDO_SR_06_CPRM	Inundação
Centro	Rua Duque de Caxias	SC_LACERDO_SR_07_CPRM	Deslizamento
Centro	Avenida Sete de Setembro	SC_LACERDO_SR_08_CPRM	Deslizamento
Centro	Rua Severino Slongo	SC_LACERDO_SR_09_CPRM	Deslizamento
Centro	Rua Euclides D'Agostini	SC_LACERDO_SR_10_CPRM	Deslizamento e queda de blocos
Centro	Rua Trinta e Um de Março	SC_LACERDO_SR_11_CPRM	Deslizamento

Fonte: RIGeo, 2022

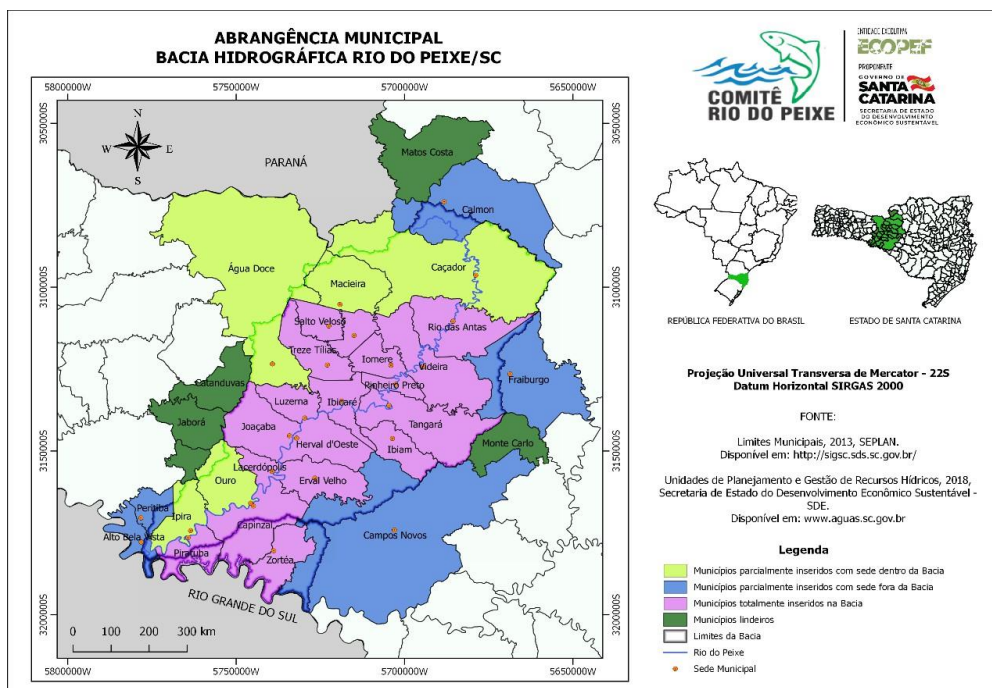


4.5.4 Hidrografia

O município pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, Sub-bacia do Rio do Peixe, sendo o Rio do Peixe o rio principal presente na cidade. A Sub-bacia Hidrográfica do Rio do Peixe conta com uma área territorial de 5.238 km², um perímetro de 425 Km² e abrange uma população estimada de 385.160 pessoas, somando-se zona rural (21%) e urbana (79%).

A bacia apresenta uma morfologia formada por vales e montanhas, com drenagens encaixadas em fraturas geológicas. Na região do município de Caçador, alto da bacia, existem ações erosivas menos intensas com topografias mais aplainadas, já na região de Joaçaba e Piratuba, baixo da bacia, ocorrem ações erosivas mais intensas. Na Bacia do rio do Peixe o Aquífero Guarani está a uma profundidade média de 600 m e apresenta grandes vazões de água. A bacia é integrada por 28 municípios, entre eles o município de Lacerdópolis, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 07 – Abrangência Municipal da bacia Hidrográfica do Rio do Peixe



Fonte: Comitê Peixe, novembro/2022



4.6 Saúde

O município conta com uma Unidade Sanitária localizada na região central do município e um Posto de Saúde na região rural, conforme tabela abaixo.

Quadro 06 – Rede da Atenção Primária a Saúde (APS)

Instituição	Descrição	Endereço	Horário
Unidade Sanitária de Lacerdópolis	Público	Rua 7 de Setembro, nº 1600 - Centro	segunda à sexta 07h30min às 11h30 min 13h00min às 17h00min
Posto Linha São Roque	Público	Distrito São Roque, s/n – Interior	Segunda, Terça e Quinta feira 07h30min às 11h30 min 13h00min às 17h00min
Laboratório de Análises Clínicas Pasteur	Privado	Rua 7 de Setembro, nº 1600- Centro	Segunda à Sexta 07h30min às 11h30 min
Top Clin Odontologia Integrada	Privado	Rua 31 de Março, 959, Centro	Segunda à Sexta 08h00min às 12h00 min 13h00min às 18h00min Sábados 08h00min às 12h00 min



Camila Dalpissol Tessaro	Privado	Rua 7 de Setembro, nº 1455- Centro – Sala 2	Segunda à Sexta 08h30min às 11h30 min 13h30min às 18h30min
Rodrigo Davi Chiamulera	Privado	Rua 7 de Setembro, nº 1661- Centro – Sala 2	Terça - feira 17h00min às 19h00 min
Fisio Vida	Privado	Rua 7 de Setembro, nº 1716 - Centro – Sala 2	Segunda à Sexta 17h00min às 22h00 min

Fonte: CNES/Maio (2023).

Serviços ofertados pela Atenção Primária

- ESF (Estratégia da Saúde da Família) – desenvolve todas as ações da atenção primária em saúde com acolhimento dos pacientes para realização de procedimentos e encaminhamentos.
- PSE – Programa Saúde na Escola – ações com equipe multiprofissional junto às escolas municipais e estaduais através de palestras e atividades orientativas na prevenção de doenças e agravos;
- Saúde Bucal – atendimento de pacientes conforme a necessidade e demandas de todos os grupos de idades, com destaque para ações de prevenção e orientação nas escolas com entrega de kits aos alunos, bem como CPO-D.
- Grupos de Gestantes – com realização do Pré-natal e palestras orientativas, grupo de gestante ativa com exercício de preparação de parto e pós parto;



- e) Grupos de HIPERDIA– Encontros/Palestras semestrais com equipe do ESF e equipe multiprofissional, para orientação e monitoramento de hipertensos e diabéticos;
- f) Vigilância Epidemiológica – realiza todas as vacinas de acordo com o calendário vacinal do Ministério da Saúde, bem como ações de monitoramento, orientação e notificação em relação a dengue. As doenças de notificação compulsória são notificadas e monitoradas em tempo oportuno, assim como, o monitoramento dos nascidos vivos, a notificação dos óbitos e a investigação dos mesmos, em casos suspeitos materno, infantil, fetal e mulheres em idade fértil.
- g) Vigilância Sanitária - emite alvarás, orienta, fiscaliza e notifica, recebe e investiga denúncias, assim como, alimenta o programa SISAGUA e os sistemas PHAROS, SIERPHARMA, SISTRA e GAL.
- h) Farmácia Básica – atendimento de toda demanda com dispensação de medicamentos da atenção básica da lista REMUME do município e solicitação de medicamentos de alto custo ao componente especializado da assistência farmacêutica CEAF;
- i) Grupo Vida em Equilíbrio - Atendimento de pacientes com problemas de ansiedade e depressão;
- j) Grupo Bem Viver – atividades físicas em grupo e para paciente com dor crônica;
- k) Práticas Integrativas e Complementares – PICS – oferta de serviços com profissionais da UBS para atendimentos de Ozonioterapia, Auriculoterapia, Óleos Essenciais e Florais.
- l) SISREG – TFD - Processo de agendamentos e encaminhamento dos pacientes para consultas e exames especializados;
- m) Serviços contratados através de licitação – Fisioterapia RPG, Aquática e pélvica.

Em relação aos serviços ofertados, além das equipes de Atenção Básica e Estratégia Saúde da Família, o município oferece encaminhamentos para



atendimentos de saúde bucal; serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, assistência social e psicologia; consulta com médico especializados na Unidade Sanitária (pediatra); e encaminhamentos para atendimento de média e alta complexidade fora do município através do SUS via SISREG, convênios com o AMU e consórcios.

Atualmente o município pertence a dois consórcios públicos CIS-AMOSC e CIS-AMARP com credenciamento de profissionais especialistas e clínicas para realização de exames de imagem e outros. Repassando a valor fixo mensal de R\$ 3.255,00 para o CIS- AMOSC e R\$ 2.470,00 para CIS-AMARP. Devido ao número de habitantes, a cidade não comporta uma unidade de CAPS, sendo assim, quatro municípios se juntaram para abrir uma unidade, Lacerdópolis, Zortéa, Jaborá e Ouro, onde fica localizada. Cada município faz um repasse mensal no valor de R\$ 2.269,47 como complemento do valor repassado pela União.

A equipe de ESF é composta por 26 profissionais de saúde e outros 9 profissionais de outras áreas, auxiliar administrativo, motoristas e serviços gerais.

O município oferta plantão 24hrs através do hospital de referência (Hospital Universitário Santa Terezinha) localizado na cidade vizinha Joaçaba, bem como, na UPA 24h onde têm convênio, Lacerdópolis repassa um valor mensal de R\$ 7.857,79 para a unidade de pronto atendimento. Abaixo segue as principais causas de internação hospitalar.

Quadro 07- Principais causas de internação Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1	1	7	6	16	6	37
II. Neoplasias (tumores)	2	38	63	37	47	38	225
III. Doenças sangue órgãos hemat. e transt. Imunitár.	-	2	-	2	2	-	6
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	-	1	-	-	-	1



V. Transtornos mentais e comportamentais	1	9	4	-	2	1	17
VI. Doenças do sistema nervoso	-	7	10	3	5	15	40
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	2	4	1	-	7
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	1	-	-	-	1	2
IX. Doenças do aparelho circulatório	-	14	27	9	14	9	73
X. Doenças do aparelho respiratório	-	11	14	7	3	10	45
XI. Doenças do aparelho digestivo	1	21	23	13	16	28	102
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	3	1	1	2	-	7
XIII. Doenças sist. osteomuscular e tec conjuntivo	-	4	14	3	5	5	31
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	8	7	4	2	17	38
XV. Gravidez parto e puerpério	1	24	22	22	27	26	122
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	2	7	2	3	6	20
XVII. Malf. cong. Deformidades. e anomalias cromossômicas	-	1	-	1	-	-	2
XVIII. Sint. sinais e achados anorm exames clínicos e laboratoriais	-	1	2	-	3	5	11
XIX. Lesões enven e alguma outra consequências causas externas	-	23	39	24	20	30	136
XXI. Contatos com serviços de saúde	1	6	15	4	1	8	35
Total	7	176	258	142	169	205	957

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)



Quadro 08- Mortalidade por grupo de causas e mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10.

Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	1	3	4
II. Neoplasias (tumores)	2	6	6	5	19
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	3	1	1	5
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	1	-	-	2
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-	1	1
IX. Doenças do aparelho circulatório	2	3	5	2	12
X. Doenças do aparelho respiratório	1	3	1	3	8
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	-	-	3	3
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	1	1
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	2	1	-	3
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1	-	-	1	2
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	2	1	3
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	3	3	2	-	8
Total	10	21	19	21	71

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM



4.7 Assistência Social

A política de assistência social é um dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988), e integra o tripé da seguridade brasileira, conjuntamente com as políticas de saúde e previdência social, conforme previsão do artigo 194 da CF/1988. Também, a política de assistência social está prevista nos artigos 203 e 204 da constituição.

Os artigos constitucionais da área da assistência social foram regulamentados pela lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que dispôs sobre a organização da política de assistência social no Brasil. No ano de 2011, a LOAS foi atualizada por meio da lei nº 12.435, de 06 de julho, que instituiu legalmente o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Relevante registrar que, no artigo 6º da CF/1988, a assistência social foi descrita como “...assistência aos desamparados ...”, mas, com o advento da LOAS, termos como este ou como “pessoas ou famílias carentes” foram substituídos por “pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social”, conforme referenciado na nota ao inciso II do artigo 2º da LOAS Anotada (MDS, 2009 p. 7). A palavra “carentes”, expressa no inciso II do artigo em comento, encontra-se em desuso, tendo a administração pública substituído este termo nos documentos relacionados à política de assistência social e no tratamento dos(as) usuários(as) pela expressão “em situação de vulnerabilidade e risco social”.

4.7.1 Atuação da Proteção Social Básica

Em contextos de emergência e calamidade pública, os benefícios eventuais são importantes meios de enfrentamento às situações temporárias de vulnerabilidade as quais as famílias são submetidas.

O Decreto Federal Nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, dispõe sobre os benefícios eventuais: Art. 7º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos: IV - de desastres e de calamidade pública Art. 8º Para atendimento de



vítimas de calamidade pública, poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia (...).

O Centro de Referência de Assistência Social Entendido como o equipamento socioassistencial que atua para a prevenção da ocorrência de situações de agravamento das vulnerabilidades sociais e violações de direitos, a atuação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em contextos de emergência e calamidade pública deve se iniciar anteriormente a estes eventos.

O CRAS pode se articular com outros setores do município para, a partir dos dados do CadÚnico, elaborarem relatórios periódicos sobre o perfil da população de seu território que vive em áreas com maiores riscos de serem atingidas por situações de calamidade e desastre. Este relatório deve apresentar o perfil das famílias, sua composição, indicar a existência de crianças, idosos e pessoas com deficiência, além de demonstrar quais serviços, programas, projetos e benefícios estas famílias já têm acesso.

Após a ocorrência de situações de calamidade e desastre, é importante que o CRAS mantenha estes relatórios atualizados, a partir da atualização das bases de dados utilizadas para sua elaboração, para acompanhar, por meio do tratamento e interpretação das bases de dados, o agravamento das situações de vulnerabilidades vividas pelas famílias.

Também é importante ressaltar que o trabalho social com as famílias deve ser fortalecido após situações de calamidade e desastre, para auxiliar na reconstrução dos vínculos familiares e comunitários comumente afetados em contextos como este. No âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF, o trabalho social com famílias é definido como um conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias. As ações são de caráter preventivo, protetivo e proativo, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos.



As famílias acompanhadas pelo PAIF devem continuar sendo acompanhadas e novas famílias em situação de vulnerabilidade devem ser atendidas pelo serviço. Os profissionais destes serviços devem auxiliar as famílias com vistas a proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário.

Um dos vínculos mais afetados com a ocorrência de situações de calamidade e desastre refere-se ao vínculo das famílias com a comunidade. Em situações como esta, as famílias costumam ser deslocadas de suas casas. Desse modo, perdem suas referências comunitárias, seus laços de amizade e cooperação e podem se sentir abandonadas e isoladas. Em momentos como este, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é essencial para amenizar esta situação. Todas as ações do SCFV são planejadas com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares e comunitários por meio de intervenções sociais, criando situações desafiadoras e estimulantes, orientando os usuários na reconstrução de suas histórias.

Por isso, realiza atendimentos em grupo, organizados conforme a idade dos usuários, ofertando atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas. Este serviço apresenta-se como uma importante estratégia para reintegrar à comunidade afetada por situações de calamidade e desastre. Por meio de suas atividades, as famílias afetadas poderão manter-se próximas das demais pessoas de sua comunidade, compartilhar experiências e se apoiar.

4.7.2 Benefícios eventuais

Ao pensarmos os benefícios eventuais no contexto da calamidade pública e emergência, não podemos deixar de reforçar seu caráter de brevidade, ou seja, o acesso deve se dar de forma célere/rápida; excepcionalidade, sua duração será para contemplar as ações específicas da vulnerabilidade em decorrência da calamidade.

4.7.3 Utilização da base de dados do Cadastro Único

Constitui uma base de informações que pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias



cadastradas, pois possibilita a análise das suas principais necessidades e facilita a formulação e a implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.

Esse diagnóstico permite que o poder público convirja suas políticas e programas para um público comum, otimizando recursos e potencializando esforços no sentido de implementar políticas solidárias entre si.

Também podem ser incluídas na base de dados do CadÚnico as famílias que não atendem aos recortes de renda estabelecidos, desde que a sua inclusão esteja vinculada a algum programa social desenvolvido em âmbito federal, estadual ou municipal. Destacamos a importância da utilização do CadÚnico em situação de emergência e calamidade pública, uma vez que possui em sua base informações muito necessárias no momento de planejamento e operacionalização das ações a serem realizadas pelos gestores, como: endereço completo das famílias, situação dos domicílios, composição familiar, dados pessoais, número dos documentos, informação de trabalho, renda e de acesso a programas sociais.

Nessas situações, o SUAS, como política pública que se faz através da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, tem papel fundamental e atribuições específicas, devendo atuar de forma a garantir as provisões e seguranças afiançadas pelo Sistema, para não incorrer no risco de proceder de forma assistencialista ou pontual.

4.8 Segurança Pública

O município de Lacerdópolis conta com o auxílio da Polícia Militar e da Polícia Civil. Tais responsáveis podem ser contactados através dos seguintes contatos:

Quadro 09 – Segurança Pública

Função	Nome	E-mail	Telefone
Polícia Militar	Airton Oliverio Da Costa	26b2c2p2g@pm.sc.gov.br	(49) 3552-0110
Polícia Civil	Andréa Bareta	andrea-bareta@pc.sc.gov.br	(49) 99953-5386



4.9 Obras

A Secretaria da Infraestrutura do município localiza-se na Rua Simão Proner. Responde pela pasta o secretário Cláudio da Cás e pode ser contactado através dos seguintes contatos:

Quadro 10- Setor de Obras e Infraestrutura

Função	Nome	E-mail	Telefone
Secretário de Infraestrutura	Cláudio Da Cás	obras@lacerdopolis.sc.gov.br	(49) 3552-0079

A Secretaria da Infraestrutura conta com um importante quantitativo de máquinas (anexo I) que, caso necessário, na ocorrência de desastres, pode ser utilizado.

5 HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS

As mudanças climáticas não só englobam o aquecimento global, que é o aumento da temperatura média superficial do planeta Terra, mas também todas as consequências que derivam dele, como as secas frequentes, os incêndios florestais, as chuvas intensas e a escassez de água. Na tabela abaixo podemos observar a série histórica da ocorrência de desastres climáticos no município de Lacerdópolis do ano de 2006 a 2022.

Quadro 11- Ocorrência de desastres de 2006 a 2022 – Lacerdópolis

Mês/Ano	Classificação do Desastre (COBRADE)	Relato do Ocorrido
27/06/2014	Tempestade Local/Convectiva- Chuvas Intensas- 1.3.2.1.4	As causas do desastre foram as fortes chuvas que fizeram com que o Rio do Peixe que corta o Município de Lacerdópolis saísse de seu leito normal, causando alagamentos na rua 31



		de março, em residências e repartições públicas. Na Rua Simão Proner as águas do Rio atingiram área de lazer e estádio municipal, parque infantil e residências. As fortes chuvas também ocasionaram deslizamentos de terra na rua Severino Slongo atingindo duas residências uma oficina e um depósito de matérias de construção. No meio rural, tivemos 980 pessoas afetadas ligadas diretamente a bovinocultura leiteira. Neste período de fortes chuvas houve uma grande queda da produtividade do leite decorrente da falta de pastagem. Na área urbana, 180 pessoas foram atingidas diretamente entre as que tiveram que se deslocar de suas casas, por motivos emergenciais, sendo que estas pessoas foram realocadas. Os danos materiais foram efetivamente registrados na área de deslizamento de terra na Rua Severino Slongo, em uma garagem, um barracão de depósito de matérias de construção três casas. Já na área de alagamento na Rua 31 de Março houveram danos significativos no parque infantil, estádio municipal e área de lazer. As estradas vicinais do município também foram muito afetadas os bueiros transbordaram causando enormes danos a todas as estradas do município.
09/10/2018	Enxuradas-1.2.2.0.0	As chuvas torrenciais atingiram o município na tarde da data de 09/10/2018, o qual se iniciou



		por volta de 17h00 durando até as 19h00 aproximadamente, causando alagamentos, queda de pontes, desmoronamentos, um óbito, interrupção da prestação de serviços essenciais a população, alagamento de casas, instituição de ensino, veículos e prédios públicos e no comércio em geral. Na agricultura a enxurrada causou estragos na área rural do município atingindo nessa época principalmente as lavouras de trigo, algumas foram destruídas por completo e outras a área que restou das plantações o valor no comércio foi baixo devido os danos causados, a safra foi prejudicada pois os produtos foram de baixa qualidade. Na pecuária em decorrência direta dos efeitos da enxurrada houve perdas com silagens, pastos, degradação de pastagens, 2 agricultores perderam bombas de irrigação que estavam nas lavouras de tomate, 3 famílias foram atingidas perdendo alguns animais como porcos e vacas, além de danos no chiqueiro e estrebarias.
17/03/2020	Doenças infecciosas virais- 1.5.1.1.0	Ocorrências em todo território municipal, estadual e nacional com restrições na aglomeração da população.
06/04/2020	Estiagem-1.4.1.1.0	Ocorreram condições climáticas severas por aproximadamente 90 dias, e mais acentuada nos em 30 dias ocasionando perdas e danos as diversas atividades agropecuárias. As principais atividades afetadas pela estiagem



		foram: grãos (milho e soja), olericultura e Pecuária(leite), avicultura e suinocultura. A estiagem prejudicou a quantidade e qualidade das pastagens, afetando a produção e aumentando os custos de produção de leite, o leite recebido pelas indústrias foi 12,5% abaixo que o mesmo período do ano de 2019. A produção do milho alcançada pelo município sofreu uma queda de 10% a menos que na safra de 2018/2019. Na soja houve uma perda de produtividade de 25%, a olericultura teve uma perda de aproximadamente 23% pelo não desenvolvimento dos produtos. As áreas afetadas foram Linha Encruzilhada, Linha São Roque, Linha São Luiz, Linha São Braz, Linha Santo Antônio, Linha São Paulo, linha São Cristovão, Linha Calegari, Linha Nossa Senhora das Graças, Linha Santa Barbara, Linha São Carlos e Centro.
06/11/2020	Estiagem-1.4.1.1.0	Estiagem prolongada, ocorrida no período compreendido entre 01/04/2020 a 06/11/2020, sendo que a mesma, afetou distintamente culturas agrícolas e a produção pecuária. Ocorreram condições climáticas severas nos últimos meses, e mais acentuadas ainda nos últimos 30 dias. Neste ano de 2020, o único mês que a precipitação pluviométrica ficou acima da média foi junho. Em outubro de 2020, choveu apenas 29,2 mm, muito abaixo da média da região, que é de 151,2 mm. Nos



		demais meses ficou abaixo da média agravando a situação de perdas com a estiagem. A falta de chuva causou perdas das lavouras. As principais atividades agrícolas afetadas pela estiagem foram: grãos (milho e soja), pecuária (leite), fruticultura - a cultura mais afetada foi a da uva, olericultura - o solo está seco demais para transplante das mudas, avicultura e suinocultura. O baixo índice pluviométrico no período chuvoso, causou o exaurimento de captação de água para fornecimento aos animais. O prejuízo nas lavouras de milho e outros cereais afetaram diretamente a produção de leite, pois as pastagens já não existem, elevando assim o custo da produção porque o produtor tem que optar por comprar ração. As áreas atingidas foram as comunidades de São Roque, Linha Encruzilhada, Linha São Braz, Linha São Luiz, Linha Santo Antônio, Linha São Paulo, Linha São Cristóvão, Linha Calegari, Linha Nossa Senhora das Graças, Linha Santa Bárbara, Linha São Carlos e Centro.
11/01/2022	Estiagem-1.4.1.1.0	Ocorreram condições climáticas severas nos últimos meses, e mais acentuadas ainda nos últimos 30 dias. A falta de chuva causou perdas das lavouras. O prejuízo nas lavouras de milho e outros cereais afetaram diretamente a produção de leite, pois as pastagens já não



		existem, elevando assim o custo da produção porque o produtor tem que optar por comprar ração. O baixo índice pluviométrico no período chuvoso, causou o exaurimento de captação de água para fornecimento ao consumo animal as principais atividades afetadas pela estiagem foram: Milho, Soja, Olericultura e Pecuária de Leite, Fruticultura, Olericultura. A estiagem prejudicou a quantidade e qualidade das pastagens, afetando a produção e aumentando os custos de produção de leite. A quantidade de leite recebida pelas indústrias teve uma queda houve um decréscimo de 9,4%. A cultura da soja tem zoneamento agroclimático diferenciado do milho e os produtores não semearam, no melhor período para semeadura causando perdas de produtividade. Todas as comunidades do município foram afetadas.
11/10/2022	Tempestade Local/Convectiva-Chuvas Intensas-1.3.2.1.4	O evento ocasionou demandas, no centro da cidade, na Rua 31 de Março, em frente a Prefeitura Municipal e no terminal de ônibus escolar ao lado da Prefeitura, devido ao acúmulo de água do Lageado Nair sobre a pista. A rua Vereador Simão Proner, em frente ao pátio de máquinas da Prefeitura, a chuva intensa elevou o nível do Rio do Peixe. Os motoristas e pedestres utilizaram caminhos alternativos, o trânsito foi



		interrompido nos dois locais por não oferecer as mínimas condições de trafegabilidade.
--	--	--

Fonte: S2ID, 2022

Em relação aos ocorridos percebe-se que o município sofre com as estiagens (03 no total) e com os excessos de chuva, (03 no total).

5.1 Gestão de risco em desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde. O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres, conforme tabela 00.

Em 2023, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é o a Vigilância Sanitária do VIGIDESASTRES do município), Centro Administrativo Municipal – Departamento de Defesa Civil.

Quadro 12 - Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres

ETAPA	FASE	OBJETIVO
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a



alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias		população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos

5.2 Classificação dos desastres de acordo com o COBRADE

Desastre	Código COBRADE
Estiagem: Período de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0
Enxurradas: Escoamento superficial da alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0



Tempestade local/Convectiva – Chuvas Intensas São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	1.3.2.1.4
Doenças Infecciosas Virais: Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0
Deslizamentos de solo e/ou rocha: São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.	1.1.3.2.1



5.3 Atuação de gestão do risco

5.3.1 Ocorrência de estiagem

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual via e-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária Ponto focal do Vigidesastres.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio, visitas realizadas pelas ACS e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de estiagem na região.	Equipes das Secretarias de Saúde, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.



	Orientar a população a não realizar queimadas devido a alta probabilidade do alastramento do fogo por demais regiões.	Equipes das Secretarias de Saúde, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
	Realizar a conscientização da população quanto ao desperdício de água potável, e formas de reaproveitamento para uso doméstico.	Equipes das Secretarias de Saúde, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Manter Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente como ponto de referência através do telefone de contato para população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Defesa Civil.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária Ponto focal do Vigidesastres.



Saúde Pública de Nível Local)	Articulação intersetorial	Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Defesa Civil.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretaria Municipal da Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Endemias.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde (UBS) para atender aos munícipes que procuram atendimento.	Secretaria Municipal da Saúde.
	Providenciar a contratação de Caminhão Pipa para distribuição de água potável às famílias que necessitam do abastecimento.	Secretarias Municipais da Saúde, Obras, Agricultura e Meio Ambiente.



	Realizar análises da potabilidade da água distribuída para as residências atingidas.	Vigilância Sanitária
Reconstrução	Realizar o levantamento dos locais mais afetados para que sejam providenciados a perfuração de novos poços artesianos.	Administração Municipal, Secretarias de Obras, Agricultura e Meio Ambiente.
	Solicitar o aumento da capacidade de distribuição de água pela CASAN e rede municipal.	Secretaria de Administração e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
	Incentivar a instalação de cisternas para armazenar água nas propriedades	Administração Municipal, Secretarias da Agricultura e Obras.



5.3.2 Ocorrência de enxurradas

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de e-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do Vigidesastres
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possível elevação das vazões de água.	Equipes das Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, Defesa Civil
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Defesa Civil e Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social.



Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do Vigidesastres
	Articulação intersetorial	Defesa Civil e Secretarias de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio	Departamento de Assistência Social, Defesa civil
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas assim como seus bens moveis.	Defesa Civil, Secretaria de Infraestrutura e Obras e Corpo de Bombeiros
	Realocação das famílias e bens que tiveram as residências atingidas.	Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o	Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, através das ACS, ACE e Vigilância Sanitária.



	tratamento da água para consumo humano.	
	Realizar o monitoramento e orientação das famílias que entraram em contato com água contaminada para observar os sinais e sintomas de leptospirose e hantavirose.	Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária
	Disponibilizar exames para diagnóstico em tempo oportuno, assim como prescrição de medicamentos necessários para realizar o início do tratamento.	Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Epidemiológica.
	Organizar as UBS para atender aos munícipes que necessitam de atendimento.	Secretarias de Saúde e Assistência Social
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das residências atingidas.	Administração, Secretaria de Obras, Defesa Civil, Secretarias de Saúde e Assistência Social através do CRAS
	Realizar campanhas de arrecadação de matérias, moveis roupas, utensílios, para auxiliar as famílias que foram atingidas.	Secretarias de Saúde e Assistência Social através do CRAS
	Realizar análises da potabilidade da água distribuída para as residências atingidas, manter a distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água para consumo.	Vigilância Sanitária



	Realizar visitas domiciliares para a orientação sobre os cuidados referentes a proliferação do mosquito da dengue em águas paradas.	Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Agente de Combate a Endemias
--	---	--

5.3.3- Tempestade local/Convectiva – Chuvas Intensas

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de e-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do Vigidesastres
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possível elevação das vazões de água.	Equipes das Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, Defesa Civil
	Manter um ponto de referência e telefone de	Administração Municipal, Defesa Civil e Secretarias



	contato para a população solicitar ajuda.	Municipais de Saúde e Assistência Social.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do Vigidesastres
	Articulação intersetorial	Defesa Civil e Secretarias de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio.	Departamento de Assistência Social, Defesa civil
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas assim como seus bens moveis.	Defesa Civil, Secretaria de Infraestrutura e Obras e Corpo de Bombeiros
	Realocação das famílias e seus bens que foram retirados das suas residências.	Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para	Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social,



	orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água para consumo humano.	através das ACS, ACE e Vigilância Sanitária.
	Organizar a UBS para atender aos munícipes que necessitam de atendimento.	Secretarias de Saúde e Assistência Social
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das residências atingidas.	Administração, Secretaria de Obras, Defesa Civil, Secretarias de Saúde e Assistência Social através do CRAS
	Realizar campanhas de arrecadação de matérias, moveis roupas, utensílios, para auxiliar as famílias que foram atingidas.	Secretarias de Saúde e Assistência Social através do CRAS
	Realizar análises da potabilidade da água distribuída para as residências atingidas, manter a distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água para consumo.	Vigilância Sanitária
	Realizar visitas domiciliar para a orientação sobre os cuidados referentes a proliferação do mosquito da dengue em águas paradas.	Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Agente de Combate a Endemias



5.3.4- Deslizamentos de solo e/ou rocha

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de chuvas intensas ou prolongadas, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de e-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do Vigidesastres
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, podendo ocorrer deslizamentos nas áreas de risco.	Equipes das Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
	Realizar visita nas residências que apresentam risco de deslizamento e intervir em caso de risco eminente, fazendo a remoção dos munícipes assim como seus bens moveis.	Secretárias Municipais de Saúde, Assistência Social, Defesa Civil, Secretaria de Infraestrutura e Obras.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretárias Municipais de Saúde e Assistência Social, Defesa Civil



	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Defesa Civil e Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do Vigidesastres
	Articulação intersetorial	Defesa Civil e Secretarias de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio.	Departamento de Assistência Social, Defesa civil
	Realocação das famílias e seus bens que foram retirados das suas residências.	Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Administração
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água para consumo humano. E orientação sobre os cuidados	Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social, através das ACS, ACE, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária.



	referentes a proliferação do mosquito da dengue em águas paradas.	
	Organizar a UBS para atender aos munícipes que necessitam de atendimento.	Secretarias de Saúde e Assistência Social
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das residências atingidas.	Administração, Secretaria de Obras, Defesa Civil, Secretarias de Saúde e Assistência Social através do CRAS
	Realizar campanhas de arrecadação de matérias, moveis roupas, utensílios, para auxiliar as famílias que foram atingidas.	Secretarias de Saúde e Assistência Social através do CRAS
	Realizar análises da potabilidade da água distribuída para as residências atingidas, manter a distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água para consumo.	Vigilância Sanitária

5.3.5- Ocorrência de doenças infecciosas virais

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Desenvolvimento de atividades de educação em saúde continuadas e sobre os cuidados relacionados à prevenção.	Secretarias de Saúde e Assistência Social, em conjunto com a Secretaria de Educação.



	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de e-mail e Whatsapp.	Fiscal da Vigilância Sanitária Ponto focal do VIGIDESASTRES.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação.	Equipes das Secretarias Municipais de Saúde, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Repor insumos, materiais ambulatoriais e medicamentos necessários para o atendimento da população.	Administração Municipal, Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social,
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Secretaria Municipal de Saúde
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do Vigidesastres
	Articulação intersetorial	Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Assistência Social.



Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o número de famílias infectadas e tomar medidas de controle.	Secretarias Municipais de Saúde, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária.
	Realizar visitas domiciliares aos pacientes infectados que se encontram impossibilitados de comparecer a Unidade Básica de Saúde.	Atenção Básica, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária.
	Organizar a UBS para atender aos munícipes que necessitam de atendimento.	Secretarias de Saúde e Atenção Básica
	Disponibilizar exames e medicamentos em tempo oportuno.	Secretarias de Saúde, Atenção Farmacêutica.
	Readequar os horários de atendimento	Secretarias de Saúde, Vigilância Epidemiológica e Atenção Básica
Reconstrução	Dar seguimentos aos trabalhos desenvolvidos no município.	Administração Municipal, Secretarias de Saúde, Assistência Social, Atenção Farmacêutica, Atenção Básica, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária.

6 ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o



restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL,ESPIE, ESPIN,ESPIL).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 12) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Quadro 13- Lista de representantes da Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Representantes da SMS	Telefone	E-mail
Felipe Ferrari	(49) 3552-0097	visa@lacerdopolis.sc.gov.br
Marcia Chiamulera Darold	(49) 3552-0097	dengue@lacerdopolis.sc.gov.br
Marigil Bevilaqua	(49) 3552-0156	saúde.marigil@gmail.com
Marineia Storti	(49) 3552-0156	saudelacerdopolis9@gmail.com



Ticiane Goreti Moreti	(49) 3552-0156	saude@lacerdopolis.sc.gov.br
Patricia Nogara	(49) 3552-0156	patinogara@gmail.com

7 INFORMAÇÕES À POPULAÇÃO

O Município de Lacerdópolis possui diversos meios de comunicação disponíveis para informar a população sobre os riscos caso venha ocorrer algum tipo de evento adverso, sendo estes:

- O site oficial da Prefeitura Municipal: <https://www.lacerdopolis.sc.gov.br/>
- Página oficial no Facebook: <https://www.facebook.com/lacerdopolis.municipio>
- Orientações aos munícipes através das visitas domiciliares das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e das Agentes de Endemias (ACE)
- Comunicados através dos grupos de WhatsApp pelas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS).

8 CAPACITAÇÕES

As capacitações serão realizadas pelos profissionais técnicos do município, vinculados à gestão da saúde, que atuam nas áreas específicas e possuem o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.

O município possui parcerias com outras entidades para ajudar no processo de qualificação e formação profissional continuada na prevenção e promoção de saúde pública.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Consulta Estabelecimento – Identificação. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

CLIMATEMPO. Dados históricos de chuva em Lacerdópolis. Disponível em: <<https://www.climatempo.com.br/previsao-do-tempo/cidade/4627/lacerdopolis-sc>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Lacerdópolis. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lacerdopolis/panorama>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. Normais Climatológicas do Brasil. Disponível em: <<https://portal.inmet.gov.br/normais>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

MME. Ministério de Minas e Energia. Serviço Geológico do Brasil – CPRM. Ação emergencial para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes, inundações e movimentos de massa: Lacerdópolis-SC. Disponível em:

PARANÁ. Secretaria da Educação. Desastres Naturais. Disponível em: <<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=258>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

RIGeo. Repositório Institucional de Geociências – CPRM. Ação emergencial para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes, inundações e movimentos de massa: Lacerdópolis, Santa Catarina. Disponível em: <<https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/19651>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Cadernos de Desenvolvimento – Lacerdópolis. 2019. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Lacerdopolis%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

SEDES. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Sustentável. Comitê de Gerenciamento Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe e Bacias Contíguas. Abrangência municipal da bacia hidrográfica do Rio do Peixe. Disponível em: <<https://www.aguas.sc.gov.br/base-documental-rio-do-peixe/mapas-rio-do-peixe>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022



S2ID. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Disponível em:
<<https://s2id.mi.gov.br/paginas/sobre.xhtml>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2022

DATASUS, Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. Disponível em:
<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nrsc.def>> Acessado em: 25 de agosto de 2023.



ANEXOS

ANEXO I - Lista de equipamentos e máquinas para manutenção e obras;

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Motoniveladoras	1	Garagem da prefeitura
Retroescavadeiras	3	Garagem da prefeitura
Tratores esteira	1	Garagem da prefeitura
Rolo compactador	1	Garagem da prefeitura
Escavadeiras hidráulicas	1	Garagem da prefeitura
Caminhões caçamba	4	Garagem da prefeitura
Caminhão prancha	1	Garagem da prefeitura
Trator de pneu	5	Garagem da prefeitura

Anexo II - Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contatos
Defesa Civil	Olides Rita Dall' Orsoletta Vetorazi	(49) 3552-0188
Epagri	Ilda Trevisan	(49) 3552-0192
Farmacêutico Responsável	Patrícia Nogara	(49) 3552-0156
Farmacêutica Responsável	Samuel	(49) 3552-0156
Polícia Militar	Airton Oliverio Da Costa	(49) 3552-0110
Prefeito	Sérgio Luiz Calegari	(49) 3552-0188
Responsável pela equipe dos Agente de endemias	Márcia Chiamulera Darold	(49) 3552-0097



Secretária da Saúde	Ticiane Goreti Moreira	(49) 3552-0156
Secretário da Administração	Olides Rita Dallorsoleta	(49) 3552-0188
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente	Edgar Brandini	(49) 3552-0079
Secretário da Infraestrutura	Cláudio Da Cás	(49) 3552-0079
Vigilância Epidemiológica	Marineia Storti	(49) 3552-0156
Atenção Básica	Marigil Bevilaqua	(49) 3552-0156
Vigilância Sanitária	Felipe Ferrari	(49) 3552-0097
Centro de Referência de Assistência Social	Nedler Vera Grimes Bernardi	(49) 3552-0383
Assistente Social	Dalva Maria Antunes Carneiro	(49) 3552-0156